

Tabela 33 - Legislações federais com reflexo na navegação. As informações referem-se aos atos normativos e suas ementas, datas dos respectivos atos, sua publicação no Diário Oficial da União - D.O.U, classificadas em categorias, com descrição dos assuntos normatizados e abrangência territorial.

Categoria	Ato normativo	Data do Ato Normativo	Data da publicação no D.O.U.	Ementa	Assunto	Abrangência
Águas	Decreto-Lei 24.643/1934. n°	10/07/34	27/07/34	Código de Águas.	águas	Nacional
	Decreto-Lei 852/1938. n°	11/11/38	Não consta datum	Define as águas da união, critérios de uso.	águas	
Cultura	Decreto n° 101/1937	23/12/37	Não consta datum	Cria, no Ministério da Marinha, a Divisão de História Marítima do Brasil	marítima; história	Nacional
Embarcações	Decreto n° 4.018/1901	15/05/01	Não consta datum	Manda observar as regras propostas pelo Governo de Sua Magestade Britânica, afim de preencher lacunas existentes no regulamento para evitar abalroamentos no mar, a que se refere o Decreto n° 1.988, de 14 de março de 1895.	embarcações; luzes; sinais ; navegação	Internacional
	Decreto n° 2.799/1913	30/09/13	Não consta datum	Aprova os textos das convenções sobre abalroação e assistência marítima assignadas em Bruxellas em 23 de setembro de 1910	albaroação; assistência	
	Decreto 10.904/1914 n°	20/05/14	Não consta datum	Publica a adesão da Grã-Bretanha, pela sua Colônia da Nova Zelandia, as Convenções internacionais assinadas em Bruxellas em 23 de setembro 1910 para a unificação de certas regras sobre abalroação e assistencia marítima.	albaroação; assistência	

(continua)

Tabela 33 (continuação)

Categoria	Ato normativo	Data do Ato Normativo	Data publicação da D.O.U.	Ementa	Assunto	Abrangência
Embarcações	Decreto nº 10.905/1914	20/05/14	Não consta datum	Publica a adesão da Grã-Bretanha, pela sua Colônia da Terra Nova, às Convenções internacionais de 23 de Setembro de 1910, para a unificação de certas regras sobre abalroação e assistência marítima.	albaroação; assistência	Internacional
	Decreto nº 19.189/1930	22/04/30	Não consta datum	Publica a adesão da Estônia às Convenções marítimas assinadas em Bruxelas em 1910, para a unificação de certas regras relativas ao abalroamento, assistência e salvamento marítimos.	albaroação; assistência; salvamento	
	Decreto nº 19.411/1930	19/11/30	Não consta datum	Publica a adesão do Commonwealth da Austrália às convenções marítimas assinadas em Bruxelas em 1910, para a unificação de certas regras relativas ao abalroamento, assistência e salvamentos marítimos.	albaroação; assistência; salvamento	
	Decreto nº 5.814/1930	14/10/30	Não consta datum	Aprova as Convenções assinadas em Bruxelas, respectivamente, convenção internacional para unificação de regras concernente, a limitação da responsabilidade dos armadores ou, proprietários de embarcações marítimas; de regras relativas aos privilégios e hypothecas marítimas e de regras concernentes às imunidades dos navios dos Estados.	responsabilidades dos armadores; proprietários; embarcações	

(continua)

Tabela 33 (continuação)

Categoria	Ato normativo	Data do Ato Normativo	Data da publicação no D.O.U.	Ementa	Assunto	Abrangência
Embarcações	Decreto nº 43/1934	04/10/34	Não consta datum	Publica a adesão da Finlândia à Convenção Internacional para a unificação de certas regras relativas aos privilégios e hypothecas marítimas, Bruxellas 1926.	hipotecas marítimas	Internacional
	Decreto nº 491/1935	10/12/35	Não consta datum	Publica o depósito do instrumento de ratificação, (com reservas), por parte da República Francesa, da Convenção Internacional, para a unificação de certas regras, relativas aos privilégios e hypothecas marítimas e o respectivo protocolo de assinatura, firmados em Bruxellas, em 10 de abril de 1926, por ocasião da Conferência Internacional de Direito Marítimo.	hipotecas marítimas	
	Decreto nº 351/1935	01/10/35	Não consta datum	Promulga a Convenção Internacional, para a unificação de certas regras relativas aos privilégios e hypothecas marítimas e o respectivo protocolo de assinatura, firmados entre o Brasil e varios países, em Bruxellas, em 10 de abril de 1926, por ocasião da Conferência Internacional de Direito Marítimo, reunida na mesma capital.	hipotecas marítimas	

(continua)

Tabela 33 (continuação)

Categoria	Ato normativo	Data do Ato Normativo	Data publicação da D.O.U.	Ementa	Assunto	Abrangência
Embarcações	Decreto nº 350/1935	01/10/35	Não consta datum	Promulga a Convenção Internacional, para a unificação de certas regras relativas à limitação da responsabilidade dos proprietários de embarcações marítimas e respectivo Protocolo de Assignatura, firmados entre o Brasil e vários países, em Bruxellas, em 25 de agosto de 1924, por ocasião da Conferência Internacional de Direito Marítimo, reunida na mesma capital.	hipotecas marítimas	Internacional
	Decreto nº 8.345/2014	13/11/14	Não consta datum	Promulga o texto da Convenção Internacional sobre Controle de Sistemas Anti-incrustantes Danosos em Navios, adotada pela Organização Marítima Internacional, em Londres, em 5 de outubro de 2001.	convenção internacional; controle; sistemas;	
	Decreto nº 6.772/2009.	18/02/09	Não consta datum	Dá nova redação ao art. 4º do Decreto nº 4.810/2003, que estabelece normas para operação de embarcações pesqueiras nas zonas brasileiras de pesca, alto mar e por meio de acordos internacionais	embarcações pesqueiras; operação; águas brasileiras	
	Decreto nº 2402/1896	10/12/1896	Não consta datum	Acceita as modificações adoptadas pelo Governo de Sua Magestade Britannica e o dos Estados Unidos da America sobre as regras estabelecidas na Conferencia Maritima Internacional de Washington para evitar abalroamentos no mar.	embarcações; apitos; navegação	Nacional

(continua)

Tabela 33 (continuação)

Categoria	Ato normativo	Data do Ato Normativo	Data da publicação no D.O.U.	Ementa	Assunto	Abrangência
Embarcações	Decreto nº 1988/1895	14/03/1895	Não consta datum	Adopta as modificações propostas pelo Governo de S. M. Britannica às regras estabelecidas na Conferencia Maritima Internacional de Washington para evitar abalroamento no mar.	embarcações; luzes; navegação	Nacional
	Lei nº 11.970/2009.	06/07/09	Não consta datum	Altera a Lei nº 9.537/1997, para tornar obrigatório o uso de proteção no motor, eixo e partes móveis das embarcações.	embarcações; proteção	
Fiscalização	Decreto nº 7.887/1945	21/08/45	Não consta datum	Dispõe sobre a organização do Departamento Federal de Segurança Pública.	fiscalização; segurança	Nacional
	Decreto nº 8.805/1946	24/01/46	Não consta datum	Organiza a Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras do Departamento Federal de Segurança Pública.	fiscalização; segurança; polícia	
Gestão	Decreto nº 3.402/2000.	04/04/00	05/04/00	Atribui à Marinha do Brasil a Representação Permanente do Brasil junto à Organização Marítima Internacional.	marinha; organização	Internacional
	Decreto nº 358/1845	14/08/1845	Não consta datum	Autoriza o Governo a estabelecer Capitania de Portos nas Províncias marítimas do Imperio.	capitania de portos; inspecção; administração; barcas de socorros; balisas; bóias	Nacional

(continua)

Tabela 33 (continuação)

Categoria	Ato normativo	Data do Ato Normativo	Data publicação da D.O.U.	Ementa	Assunto	Abrangência
Áreas de Preservação	Decreto 4.411/2002. nº	07/10/02	08/10/02	Dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas unidades de conservação.	UC; segurança; fiscalização; polícia	Nacional
	Decreto 92.964/1986. nº	21/07/86	22/07/86	Cria a Estação Ecológica dos Tupiniquins em ilhas e lajes oceânicas que indica.	ilhas; lajes; estação ecológica	Estadual
	Lei nº 12.229/2010.	13/04/10	14/04/10	Dispõe sobre a criação do Monumento Natural do Arquipélago das Ilhas Cagarras/RJ.	ilhas; monumento	Nacional
	Lei nº 12.829/2013.	20/06/13	21/06/10	Cria o Parque Nacional Marinho das Ilhas dos Currais, no Estado do Paraná.	ilhas; parque	
Navegação	Decreto nº 3.386/1917	08/11/17	Não consta datum	Considera de utilidade publica a Liga Marítima Brasileira e Associação Comercial de Florianópolis/SC.	entidade; marítima	Estadual
	Lei nº 8.617/1993.	04/01/93	05/01/93	Dispõe sobre o mar territorial, a zona contígua, a zona econômica exclusiva e a plataforma continental brasileiros.	mar territorial; zona contígua; zona econômica exclusiva; plataforma continental	Nacional
	Decreto 8.400/2015. nº	04/02/15	05/02/15	Estabelece os pontos apropriados para o traçado da Linha de Base do Brasil ao longo da costa brasileira continental e insular.	mar territorial; zona contígua; zona econômica exclusiva; plataforma continental	

(continua)

Tabela 33 (continuação)

Categoria	Ato normativo	Data do Ato Normativo	Data da publicação no D.O.U.	Ementa	Assunto	Abrangência
Navegação	Decreto nº 30.257/1951.	07/12/51	Não consta datum	Promulga o Acordo para isentar do imposto de renda e de todo outro impôsto sobre lucros as empresas de navegação brasileiras e argentinas (marítimas e aéreas), concluído em Buenos Aires, por trocas de notas dotadas de 21 de junho de 1949.	acordo cooperação; imposto; navegação; Brasil; Argentina	Internacional
	Decreto nº 52.140/1963.	18/06/63	Não consta datum	Promulga o Acordo entre o Brasil e a Itália para inserir da bitributação as rendas relativas ao exercício da navegação marítima e aérea, firmado no Rio de Janeiro, a 4 de outubro de 1957.	acordo cooperação; imposto; navegação; Brasil; Itália	
	Decreto nº 39/1998	20/06/05	Não consta datum	Aprova o texto das emendas relativas à mudança do nome da Organização Internacional de Telecomunicações Marítimas por Satélite - Inmarsat e ao art. 13 da Convenção da Inmarsat, aprovadas em Londres, em 9 de dezembro de 1994.	organização; marítima; comunicação	

(continua)

Tabela 33 (continuação)

Categoria	Ato normativo	Data do Ato Normativo	Data da publicação no D.O.U.	Ementa	Assunto	Abrangência
Navegação	Decreto nº 6.136/2007.	26/06/07	Não consta datum	Promulga a Convenção para a Supressão de Atos Ilícitos contra a Segurança da Navegação Marítima e o Protocolo para a Supressão de Atos Ilícitos contra a Segurança de Plataformas Fixas Localizadas na Plataforma Continental, ambos de 10 de março de 1988, com reservas ao item 2 do artigo 6º, ao artigo 8º e ao item 1 do artigo 16 da Convenção, bem como ao item 2 do artigo 3º do Protocolo.	segurança marítima; plataformas fixas	Internacional
	Decreto nº 9916/1888	04/04/1888	Não consta datum	A Princesa Imperial Regente, em Nome de Sua Magestade o Imperador, de conformidade com o disposto no art. 5º da Lei n. 3349 de 20 de Outubro de 1887, Ha por bem Criar a Repartição Central Meteorologica, a qual será regida pelo Regulamento que com este baixa assignado pelo Senador Luiz Antonio Vieira da Silva, Senador do Imperio, Conselheiro de Estado, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 4 de Abril de 1888, 67º da Independencia e do Imperio.	metereológico	Nacional

(continua)

Tabela 33 (continuação)

Categoria	Ato normativo	Data do Ato Normativo	Data da publicação no D.O.U.	Ementa	Assunto	Abrangência
Navegação	Decreto nº 6.272/1944	14/02/44	Não consta datum	Estende a todos os navios e embarcações arroladas, registradas ou inscritas no país, nos serviços de navegação marítima, fluvial, lacustre, de portos e canais o disposto no art. 7º do Decreto-Lei nº 3.832/1944.	navegação; embarcações; portos canais	Nacional
	Lei nº 9.537/1997.	11/12/97	12/12/97	Dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional.	segurança; navegação; tráfego aquaviário	
	Decreto nº 2.256/1997.	17/06/97	18/06/97	Regulamenta o Registro Especial Brasileiro - REB, para embarcações de que trata a Lei nº 9.432/1997, que dispõe sobre a ordenação do transporte aquaviário.	navegação; regime; bandeira; afretamento; tripulação; infrações	
	Lei nº 9.432/1997.	08/01/97	09/01/97	Dispõe sobre a ordenação do transporte aquaviário e dá outras providências.	navegação; regime; bandeira; afretamento; tripulação; infrações	
	Lei nº 9.774/1998.	21/12/98	22/12/88	Altera a Lei nº 7.652, de 3 de fevereiro de 1988, que dispõe sobre o Registro da Propriedade Marítima.	registro; marítimo	

(continua)

Tabela 33 (continuação)

Categoria	Ato normativo	Data do Ato Normativo	Data da publicação no D.O.U.	Ementa	Assunto	Abrangência
Navegação	Lei nº 10.166/2000.	27/12/00	Não consta datum	Altera a Lei nº 7.542/1986, que dispõe sobre a pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terreno de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar.	mar; exploração; bens afundados	Nacional
	Decreto nº 1.507/1995.	30/05/95	31/05/95	Cria a Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis.	portos; comissão; navegação	
	Lei nº 12.815/2013.	05/06/13	05/06/13	Dispõe sobre a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários.	instalações portuárias; operadores	
	Decreto nº 8.033/2013	27/06/13	28/06/13	Regulamenta o disposto na Lei nº 12.815/2013, e as demais disposições legais que regulam a exploração de portos organizados e de instalações portuárias.	portos; exploração	
	Lei nº 12.815/2013.	05/06/13	05/06/13	Dispõe sobre a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários.	portos; exploração; instalações portuárias; operadores portuários	

(continua)

Tabela 33 (continuação)

Categoria	Ato normativo	Data do Ato Normativo	Data da publicação no D.O.U.	Ementa	Assunto	Abrangência
Navegação	Decreto nº 6.968/2009.	29/09/09	30/09/09	Dispõe sobre a execução no território nacional da Convenção nº 166 da Organização Internacional do Trabalho -OIT, que trata da repatriação de trabalhadores marítimos.	acordo; internacional; trabalhadores marítimos;	Internacional
	Decreto nº 64.618/1969.	02/06/69	04/06/69	Regulamento de Trabalho a Bordo de Embarcações Pesqueiras.	trabalho à bordo; embarcações pesqueiras	Nacional
Política	Decreto nº 1.265/1994.	11/10/94	13/10/94	Aprova a Política Marítima Nacional (PMN).	marítima; política	Nacional
	Decreto nº 2.194/1937	21/12/37	Não consta datum	Publica o depósito do instrumento de ratificação, por parte da Rumânia, da Convenção Internacional para a unificação de certas regras relativas aos privilégios e hipotecas marítimas e Protocolo de Assinatura, firmados em Bruxelas, em 10 de abril de 1926.	convenção internacional	Internacional
	Decreto nº 71/1995	17/06/05	Não consta datum	Aprova o texto das Emendas à Convenção Constitutiva da Organização Marítima Internacional (IMO), adotadas pela Resolução A. 724 (17), durante a XVII Sessão Regular da IMO, em Londres, em 7 de novembro de 1991.	marítima; convenção; política	

(continua)

Tabela 33 (conclusão)

Categoria	Ato normativo	Data do Ato Normativo	Data da publicação no D.O.U.	Ementa	Assunto	Abrangência
Política	Decreto nº 6.440/2008.	23/04/08	23/04/08	Promulga o Acordo Relativo à Implementação da Parte XI da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 10 de dezembro de 1982, concluído em Nova York, em 29 de julho de 1994.	acordo; internacional; mar	Internacional
Salvagem	Lei nº 6.421/1977.	06/07/77	Não consta datum	Fixa as diretrizes para a proteção à utilização dos faróis, faroletes e demais sinais visuais de auxílio à navegação na costa brasileira.	mar; navegação; proteção	Nacional
	Lei nº 7.203/1984.	03/07/84	Não consta datum	Dispõe sobre a assistência e salvamento de embarcação, coisa ou bem, em perigo no mar, nos portos e nas vias navegáveis interiores.	mar; salvagem	
	Lei nº 7.273/1984.	10/12/84	Não consta datum	Dispõe sobre a busca e salvamento de vida humana em perigo no mar, nos portos e nas vias navegáveis interiores.	mar; salvagem	
	Decreto nº 5.417/2005.	13/04/05	Não consta datum	Aprova a Estrutura Regimental do Comando da Marinha, do Ministério da Defesa.	segurança da navegação; salvaguarda da vida humana no mar	